

21 ABR 2006
SAÚDE

Câmara discute lobby no setor

A Comissão de Seguridade Social e Família – a Comissão da Saúde – debateu na terça-feira, durante a primeira reunião da nova diretoria, a reportagem do **JB** publicada no domingo com o título “Como sair da UTI com dinheiro público”. A reportagem foca o debate sobre a dupla atividade de seis parlamentares que dividem o tempo entre a administração de hospitais e clínicas, em seus redutos, e as atividades na comissão, composta por 30 parlamentares, e a reivindicação pela aprovação de mais recursos do Sistema Único de Saúde para salvar hospitais conveniados à beira da falência.

Os deputados, de acordo com a reportagem, trabalham em conjunto com a Frente Parlamentar da Saúde na reivindicação pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 29, que assegura mais verbas do Orçamento para a Saúde. De acordo com a Federação Brasileira de Hospitais, que também faz pressão pela aprovação da emenda, as dívidas com o governo chegam a R\$ 20 bilhões. Em nota, a comissão da Saúde nega que trabalhe com interesses escusos e que atua “a favor da saúde do povo brasileiro de maneira transparente, coerente e decidida”.

Deputados negam legislar em causa própria mas debaterão a dupla atividade

A reportagem destaca as atividades, entre outros, do deputado Padre Zé Linhares (PP-CE), até março passado ex-presidente das santas casas da misericórdia no Brasil e há 11 anos na comissão. A rede de hospitais filantrópicos deve R\$ 1,8 bilhão, em impostos e a fornecedores. Na comissão, padre Zé apresentou projeto de lei para renegociar a dívida. Outro deputado, Darcísio Perondi (PMDB-RS), conseguiu verba de R\$ 319 mil em 2004 para a construção do Instituto do Coração no Hospital de Caridade de Ijuí (RS), entidade que preside. O deputado nega conflito de interesses, mas admite que o fato de pertencer à comissão ajudou.

De acordo com o comunicado, “a organização dessas instituições, seja em nível nacional ou internacional, não tem em seus dirigentes ninguém remunerado, nem auferindo vantagens”.

A reportagem do enfatiza quais são as clínicas e hospitais que são ou não conveniados ao SUS e focaliza a situação dos deputados que dividem a agenda entre a comissão e a atividade médica.

– O deputado pode atuar na Câmara e o que eles fazem nas bases, quando não em Brasília, é de interesses deles – explica o presidente da comissão, Simão Sessim.

Embora o regulamento da Câmara não proíba a dupla atividade, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) pretende debater o assunto na Casa para que não esbarre em conflitos de interesses. Simão Sessim admite que pode colocar o assunto em pauta.